

GAZETA MERCANTIL Congresso discute suspensão do recesso 05 DEZ 1995

por Sandra Nascimento
de Brasília

O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), defende a convocação extraordinária dos parlamentares entre os dias 16 e 22, e depois entre os dias 26 e 30 deste mês, com o reinício dos trabalhos legislativos no dia 3 de janeiro, logo após o feriado de Ano Novo. Apesar disso, há parlamentares favoráveis à manutenção do recesso durante pelo menos duas semanas e é muito difícil que não sejam atendidos.

"Temos de agilizar os trabalhos, porque já tivemos muitos prejuízos", justificou Elcio Álvares, referindo-se aos efeitos do chamado "caso Sivam" sobre o ritmo do Congresso. Como compensação para a perda das férias de fim de ano, os parlamentares poderão ganhar duas parcelas de R\$ 8 mil brutos, a título de ajuda de custo.

O presidente Fernando Henrique Cardoso e os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, é que deverão definir, ainda nesta semana, a pauta de matérias a serem analisadas durante a convocação extraordinária.

Entre as prioridades do governo, estão os projetos de

Imposto de Renda, que seguem o princípio da anuidade, ou seja, precisam ser aprovados neste ano para entrar em vigor no próximo. O novo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas começa a ser discutido nesta semana pelo Senado e o das Pessoas Físicas deverá ser votado amanhã pela Câmara.

Outros projetos considerados importantes no Senado: o da lei de patentes, que poderá ter efeitos externos positivos, depois das suspeitas sobre o Sivam; o projeto de lei que prevê a contribuição dos autônomos para o INSS, e a divisão da Light para efeitos de privatização. O próprio Álvares admite que o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) deverá ficar para 1996.

O plenário do Senado poderá aprovar amanhã um projeto que acaba com o sigilo bancário de parlamentares e de autoridades de primeiro escalão do Executivo. O projeto, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), será ainda remetido para a Câmara.

Também esta semana volta a ser analisado o substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização do Congresso.